



Ambasciata d'Italia

MAPUTO

MAPUTO, 19. 6. 1992

MESSAGE N° 322

FAX-FROM: AMBASCIATA D'ITALIA - MAPUTO

FAX- TO : Comunita' S. Egidio - Roma

ATT: Don Matteo Zuppi

DA "NOTICIAS"

OBJECT: Invia articoli DEL 19. 6. 1992

REFERENCE: VS richiesta

.....

A1-0

**COMENTÁRIO**

**Quem sabota a luz em Roma?**

por Tomás Vieira Mário

.....  
NUMERO DELLE PAGINE INCLUSA LA PRESENTE

TOTAL OF PAGES THIS ENCLOSED

13

IN CASO DI TRASMISSIONE IMPERFETTA O ILLEGGIBILE,  
PREGHIAMO CHIAMARE IL NUMERO TELEFONICO

IN CASE OF DISCONTINUED OR UNREADABLE TRANSMISSION,  
PLEASE CALL PHONE NUMBER

MAPUTO - 00258/1/492227-492229

ITALIAN EMBASSY MOZ., FAX N° 00258/1/492046

Duas semanas após o regresso das delegações do Governo e da Renamo às negociações de paz em Roma, pouco, pouquíssimo, ficou definitivamente claro, quanto ao calendário da desactivação das máquinas de guerra no país.

No meio, o cenário de 3,1 milhões de pessoas que, devido à pior seca de sempre no país e na região, correm o risco de começarem a cair, mortos de fome, já no próximo mês de Julho, conforme advertem as Nações Unidas.

Depois de uma primeira semana negocial marcada por equívocos e falta à palavra, o diálogo de Roma com o que caiu num labirinto aparentemente sem luz. E, para não trair a tradição, os momentos de obscuridade surgem sempre quando deles mesmos se espera!

Repentinamente, quase tudo perdeu inteligibilidade. Vejamos:

Na terça-feira passada, informações surgindo de todas as partes directamente envolvidas no diálogo (Governo, Renamo e mediadores), indicavam ter surgido, finalmente, numa luz no fim do túnel, que tivesse «iluminado» os mediadores, no sentido de «descobrirem» uma fórmula para solucionar as divergências surgidas logo no dia da abertura da ronda, quanto à harmonização entre a Constituição vigente e os protocolos de Roma.

Resumidamente, dizia, a esse respeito, a Renamo: «Visto que na última ronda, terminada a 12 de Março de 1992, assinámos com o Governo uma acta determinando que divergências que subsistam sobre a relação entre a nossa Assembleia da República, a Constituição vigente e os procedimentos para eventuais modificações da mesma, ficavam adiados para momento ulterior, determinado pela mediação em consulta com as partes, pela nossa parte pretendemos que essas mesmas discussões ocorram antes do início da abordagem das questões militares e do cessar-fogo».

Em resposta, dizia, resumidamente, o governo: «Na verdade, aquilo que a Renamo pretende, é ver estabelecido um sistema de garantias (interno, neste caso específico), em como ficarão asseguradas todas as condições necessárias e suficientes para que, no período de transição, entre a cessação da guerra e as eleições gerais, os protocolos de Roma sejam escrupulosamente observados, no espírito e na letra. Fica assim demonstrado que, sejam quais forem as condições de garantia que se manifestem necessárias, elas teriam espaço no último ponto da agenda, relativo, exactamente, a garantias».

Numa palavra, o debate era, para a Renamo: «Vamos nós discutir a agenda, segundo a ordem de sucessão dos pontos, até chegarmos às matérias relativas ao processo técnico do cessar-fogo, sem sabermos que garantias teremos para atravessar o período de transição até às eleições? Visto que, nos termos da